

## **Aula 10**

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo  
Estratégico de Noções de Direito  
Processual Civil - 2025 (Pós-Edital)*

Autor:

**Thaís de Cássia Rumstain**

23 de Junho de 2025

# DAS PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E DO SANEAMENTO; DO JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO: JULGAMENTOS ANTECIPADOS DO MÉRITO E ANTECIPADO PARCIAL DO MÉRITO.

## Sumário

O que é mais cobrado dentro do assunto? .....	1
Roteiro de revisão e pontos do assunto que merecem destaque.....	2
Questões estratégicas.....	7
Questionário de revisão e aperfeiçoamento .....	15
Perguntas.....	15
Perguntas com respostas.....	16
Lista de Questões Estratégicas .....	17
Gabarito.....	20

## O QUE É MAIS COBRADO DENTRO DO ASSUNTO?

A análise refere-se ao período de **2020 a 2025**, abrangendo provas realizadas pela banca **Instituto AACP**, exclusivamente para o **nível superior**.

Considerando os tópicos que compõem o nosso assunto, possuímos a seguinte distribuição percentual

Tópico		% de cobrança Instituto AACP
Das Providências Preliminares e do Saneamento (arts. 347 a 353)	Art. 347	0,00%
	Da Não Incidência dos Efeitos da Revelia	0,00%
	Do Fato Impeditivo, Modificativo ou Extintivo do Direito do Autor	0,00%



	Das Alegações do Réu	33,33%
Do Julgamento Conforme o Estado do Processo (arts. 354 a 357)		66,67%

## ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

### 1. Faça a leitura dos artigos 347 a 357, que tratarão:

- Da não incidência dos efeitos da revelia – Artigos 348 e 349
- Do Fato Impeditivo, Modificativo ou Extintivo do Direito do Autor – Artigo 350
- Das Alegações do Réu – Artigos 351 a 353
- Da extinção do processo – Artigo 354
- Do Julgamento Antecipado Parcial do Mérito – Artigo 356
- Do Saneamento e da Organização do Processo – Artigo 357

### 2. Tenha atenção o procedimento a ser seguido após a finalização da fase postulatória, momento em que o juiz tomará algumas providências com a finalidade de sanear irregularidades que porventura existam.

- Embora o CPC determine que o saneamento ocorra nesta etapa, o saneamento é de competência permanente do juiz, ou seja, ele poderá ordenar o momento adequado para sanear o processo.
- As providências preliminares são aquelas que abrem oportunidade para as partes especificarem as provas que pretendem produzir e, ainda, para o autor impugnar fatos novos elencados pelo réu.
- Quando o réu não contestar a ação, os fatos alegados contra ele são tidos como verdadeiros e o juiz passará diretamente para a fase da sentença, aplicando ao réu os efeitos da revelia. Importante: apesar da revelia do réu, o juiz pode entender que o direito ainda não foi provado e requerer a produção de provas. Por exemplo, citemos uma ação na qual o autor alega invalidez decorrente de um acidente de trânsito, causado por "X". O réu "X" é revel. Isso quer dizer que a invalidez está comprovada? Não! O artigo 370 do CPC estabelece que "**caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito**".
- Lembre-se que a revelia não gera presunção absoluta, mas **relativa**. Por isso se diz "efeitos da revelia". A presunção de veracidade dos fatos afirmados pelo autor é um dos seus efeitos da revelia e não a revelia em si. Podemos listar como alguns dos efeitos da revelia:



- presunção de veracidade das alegações de fato feitas pelo demandante - artigo 344, CPC.
  - os prazos contra o réu revel, que não tenha advogado constituído, fluem a partir da publicação da decisão - artigo 346, CPC.
  - preclusão em desfavor do réu do poder de alegar algumas matérias de defesa que não sejam de ordem pública - artigo 342 do CPC.
  - possibilidade de julgamento antecipado do mérito da causa - artigo 355, II, CPC.
- Contestando o réu a ação, o juiz intimará as partes para que elas digam as provas que pretendem produzir.
  - Realizadas as providências preliminares, haverá o julgamento conforme o estado do processo, isso é, ocorrerá o julgamento da forma em que o processo se encontra, quando for possível.
  - Assim, poderá haver sentença **sem resolução do mérito** ou **sentença parcial sem resolução do mérito** ou **antecipatória de mérito**.

SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO	COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO
<p><b>Art. 485.</b> O juiz <u>não</u> resolverá o mérito quando:</p> <p><b>Obs:</b> sentença que não resolve o mérito, também é chamada de <u>terminativa</u>.</p> <p>I - Indeferir a petição inicial;</p> <p>II - O processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes;</p> <p>III - Por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias;</p> <p>IV - Verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;</p> <p>V - Reconhecer a existência de perempção, de litispendência ou de coisa julgada;</p> <p>VI - Verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual;</p> <p>VII - Acolher a alegação de existência de convenção de arbitragem ou quando o juízo arbitral reconhecer sua competência;</p>	<p><b>Art. 487.</b> <u>Haverá resolução</u> de mérito quando o juiz:</p> <p><b>Obs:</b> sentença que resolve o mérito, também é chamada de <u>definitiva</u>.</p> <p>II - Decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição;</p> <p>III - Homologar:</p> <p>a) o reconhecimento da procedência do pedido formulado na ação ou na reconvenção;</p> <p>b) a transação;</p> <p>c) a renúncia à pretensão formulada na ação ou na reconvenção.</p> <p>Nessas hipóteses, o processo pode ser extinto sem a necessidade de providências preliminares.</p> <p>Mas, por quê? Exatamente em razão das próprias hipóteses. Vejam, por exemplo, quando o réu reconhece o direito do autor, não há o que se fazer, além de se extinguir</p>



VIII - Homologar a desistência da ação; IX - Em caso de morte da parte, a ação for considerada intransmissível por disposição legal;	o processo. Trata-se de uma decorrência lógica do ato praticado. Prof!!! Mas e o art. 487, I? <u>I - Acolher ou rejeitar o pedido formulado na ação ou na reconvenção;</u> Ele também é recorrível por <u>agravo de instrumento</u> .  Enunciado 103 do Fórum Permanente de Processo Civil: (arts. 1.015, II, 203, § 2º, 354, parágrafo único, 356, § 5º) <b>A decisão parcial proferida no curso do processo com fundamento no art. 487, I, sujeita-se a recurso de agravo de instrumento.</b> (Grupo: Sentença, Coisa Julgada e Ação Rescisória; redação revista no III FPPC-Rio).
---	---

### 3. Saiba diferenciar julgamento conforme o estado do processo x julgamento antecipado do mérito x julgamento antecipado parcial do mérito

<b>Julgamento conforme o estado do processo</b>	<b>Julgamento antecipado do mérito</b>	<b>Julgamento antecipado parcial do mérito</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• prolação de sentença, inclusive, o reconhecimento do pedido, transação, prescrição, decadência ou renúncia do direito</li><li>• julgamento antecipado do mérito</li><li>• julgamento antecipado parcial do mérito</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Ocorre quando não houver necessidade de produção de mais provas<ul style="list-style-type: none"><li>• quando houver ocorrido a revelia e o réu não tiver comparecido para apresentar provas*</li></ul></li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Ocorre quando houver vários pedidos cumulados e um ou parte deles se mostrar incontroverso<ul style="list-style-type: none"><li>• quando o pedido estiver em condição de ser julgado pelo juiz**</li></ul></li></ul>

\*Como assim “não houver necessidade de produção de mais provas”??? As provas não foram elencadas na inicial ou na contestação? Ocorre que o réu pode trazer novos fatos contra o direito do autor e, então, especificar novas provas, além das elencadas anteriormente.

⇒ Se o juiz não determinar um prazo para que as partes especifiquem as provas, ela deverá ser feita em 5 dias.



⇒ E na revelia? Ora, como apontado anteriormente, a presunção dos fatos por conta revelia é uma **presunção relativa**. O fato de o réu ser declarado revel não implica, necessariamente em reconhecimento dos pedidos do autor!

**\*\*** A decisão que julgar parcialmente o mérito poderá reconhecer a existência de obrigação **líquida ou ilíquida**.

⇒ Obrigação líquida é aquela de valor conhecido desde a inicial, sendo que a parte poderá liquidar ou executar, desde logo, a obrigação reconhecida na decisão que julgar parcialmente o mérito, independentemente de caução, ainda que haja recurso contra essa interposto. Nesta situação, havendo trânsito em julgado, a execução será definitiva.

⇒ Cuidado! Da decisão que faz o **julgamento antecipado parcial do mérito**, cabe **agravo de instrumento**. Não é apelação!!!

4. Não sendo o caso de julgamento conforme o estado do processo, de antecipação do mérito ou de resolução parcial do mérito, o juiz passará para a fase de saneamento e organização do processo.

- As partes podem pedir **esclarecimentos** sobre o saneamento no **prazo de 5 dias**.
- Se a causa apresentar complexidade em matéria de fato ou de direito, deverá o juiz designar audiência para que o **saneamento seja feito em cooperação com as partes**, oportunidade em que o juiz, se for o caso, convidará as partes a integrar ou esclarecer suas alegações. Corujas, essa previsão do saneamento em cooperação é uma novidade do CPC/2015
- O saneamento e a organização servem para:
  - I - Resolver as questões processuais pendentes, se houver;
  - II - Delimitar as questões de fato sobre as quais recairá a atividade probatória, especificando os meios de prova admitidos;
  - III - Definir a distribuição do ônus da prova, observado o art. 373;

*Mas o que diz o artigo 373?*

- O art. 373 estabelece o **ônus estático da prova**, isso é, ao **autor** incumbe provar o **fato constitutivo de seu direito**.
- E ao **réu** incumbe provar a existência de fato impeditivo, **modificativo ou extintivo do direito do autor**.
- Contudo, é possível que se estabeleça o **ônus dinâmico da prova**, conforme os §§ 1º, 2º e 3º, do art. 373:

Art. 373. O ônus da prova incumbe:

I - Ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito;

II - Ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.



§ 1º Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos do caput ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.

§ 2º A decisão prevista no § 1º deste artigo não pode gerar situação em que a desincumbência do encargo pela parte seja impossível ou excessivamente difícil.

§ 3º A distribuição diversa do ônus da prova também pode ocorrer por convenção das partes, salvo quando:

I - Recair sobre direito indisponível da parte;

II - Tornar excessivamente difícil a uma parte o exercício do direito.

§ 4º A convenção de que trata o § 3º pode ser celebrada antes ou durante o processo.

IV - Delimitar as questões de direito relevantes para a decisão do mérito;

V - Designar, se necessário, audiência de instrução e julgamento.

- Como dito, compete ao juiz designar o dia e a hora da audiência. Contudo, ela poderá ser adiada:

- ⇒ I - Por convenção das partes;
- ⇒ II - Se não puder comparecer, por motivo justificado, qualquer pessoa que dela deva necessariamente participar;
- ⇒ III - Por atraso injustificado de seu início em tempo superior a 30 minutos do horário marcado, sendo que o impedimento deverá ser comprovado até a abertura da audiência, e, não o sendo, o juiz procederá à instrução.



- Obs 1: O juiz poderá dispensar a produção das provas requeridas pela parte cujo advogado ou defensor público não tenha comparecido à audiência, aplicando-se a mesma regra ao Ministério Público.
- Obs 2: Quem der causa ao adiamento responderá pelas despesas acrescidas.





- Acerca da prova testemunhal, o juiz fixará prazo comum não superior a 15 dias para que as partes apresentem rol de testemunhas, sendo no máximo 10 testemunhas, observando-se que haverá no máximo 3 para a prova de cada fato.
- Ainda sobre as provas, saibam que as provas orais serão produzidas em audiência, ouvindo-se nesta ordem, preferencialmente:
  - ⇒ I - O perito e os assistentes técnicos,
  - ⇒ II - O autor e, em seguida, o réu, que prestarão depoimentos pessoais;
  - ⇒ III - As testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu, que serão inquiridas.



Ainda estudaremos em detalhes as provas, só tratamos aqui das questões pertinentes ao saneamento e, no próximo Passo Estratégico seguiremos com a Audiência de Instrução e Julgamento e com as Provas.

## QUESTÕES ESTRATÉGICAS



1.(Instituto AOCP/2022/TRT 19/Analista Judiciário) Das providências preliminares e do saneamento no processo civil, assinale a alternativa correta.

A) Se o réu não contestar a ação, o juiz, verificando a inocorrência do efeito da revelia, deverá aguardar o prazo de quinze dias para que o autor especifique as provas que pretende produzir, independentemente de determinação do juiz.

B) Se o réu alegar falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar, o juiz determinará a oitiva do autor no prazo de cinco dias, permitindo-lhe a produção de prova.





C) Ao réu revel será lícita a produção de provas, contrapostas às alegações do autor, independentemente que se faça representar nos autos a tempo de praticar os atos processuais indispensáveis a essa produção.

D) Se o réu alegar perempção, o juiz determinará a oitiva do autor no prazo de quinze dias, permitindo-lhe a produção de prova.

E) Cumpridas as providências preliminares ou não havendo necessidade delas, o juiz proferirá julgamento conforme o estado do processo, no prazo máximo de cento e oitenta dias.

### Comentários

Letra A – **Errado**. Em dissonância com o que aduz o art. 348 do CPC/15:

Art. 348. Se o réu não contestar a ação, o juiz, verificando a inocorrência do efeito da revelia previsto no art. 344, ordenará que o autor especifique as provas que pretenda produzir, se ainda não as tiver indicado.

Letra B – **Errado**. O prazo citado é de 15 dias, por força do art. 351 do NCPC:

Art. 351. Se o réu alegar qualquer das matérias enumeradas no art. 337, o juiz determinará a oitiva do autor no prazo de 15 (quinze) dias, permitindo-lhe a produção de prova.

Letra C – **Errado**. Ao réu revel será lícita a produção de provas, contrapostas às alegações do autor, desde que se faça representar nos autos a tempo de praticar os atos processuais indispensáveis a essa produção. Veja:

Art. 349. Ao réu revel será lícita a produção de provas, contrapostas às alegações do autor, desde que se faça representar nos autos a tempo de praticar os atos processuais indispensáveis a essa produção.

Letra D – **Certo**. A assertiva se mostra em harmonia com os ditames dos arts. 337, V e 351 do CPC/15:

Art. 337. Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar:

V - perempção;

Art. 351. Se o réu alegar qualquer das matérias enumeradas no art. 337, o juiz determinará a oitiva do autor no prazo de 15 (quinze) dias, permitindo-lhe a produção de prova.

Letra E – **Errado**. Há que se obedecer ao trâmite previsto no art. 353 do NCPC:

Art. 353. Cumpridas as providências preliminares ou não havendo necessidade delas, o juiz proferirá julgamento conforme o estado do processo, observando o que dispõe o Capítulo X.

Art. 354. Ocorrendo qualquer das hipóteses previstas nos arts. 485 e 487, incisos II e III, o juiz proferirá sentença.



Parágrafo único. A decisão a que se refere o caput pode dizer respeito a apenas parcela do processo, caso em que será impugnável por agravo de instrumento.

**Gabarito: Letra D.**

**2.(QUADRIX/2023/CREF 3/Advogado) De acordo com as disposições do Código de Processo Civil sobre o processo de conhecimento, julgue o item.**

O réu revel restará impedido de produzir provas, sendo-lhe permitido apenas tomar ciência dos atos processuais praticados durante a fase instrutória do processo.

**Comentários**

Está errada a assertiva, posto que contrária aos ditames do art. 349 do CPc/15:

Art. 349. Ao réu revel será lícita a produção de provas, contrapostas às alegações do autor, desde que se faça representar nos autos a tempo de praticar os atos processuais indispensáveis a essa produção.

**Gabarito: Errado.**

**3.(FGV/2024/TJ RJ/Mediador Judiciário) O saneamento e a organização do processo é a etapa em que o juízo prepara o processo para receber decisão de mérito. É aqui que tem encerramento a fase postulatória e se inicia a fase instrutória.**

Sobre o saneamento e organização do processo, assinale a afirmativa correta.

- A) Realizado o saneamento, as partes têm o direito de pedir esclarecimentos ou solicitar ajustes, no prazo comum de 10 (dez) dias, findo o qual a decisão se torna estável.
- B) Caso tenha sido determinada a produção de prova testemunhal, o juiz fixará prazo comum não superior a 15 (quinze) dias para que as partes apresentem rol de testemunhas.
- C) A delimitação consensual das questões de fato e de direito, prevista no Código de Processo Civil para fins de saneamento, não vincula o juiz, vinculando apenas as partes.
- D) Determinada a produção de prova testemunhal, o número de testemunhas arroladas não pode ser superior a 5 (cinco), sendo 2 (dois), individualmente, no máximo, para a prova de cada fato.
- E) Caberá ao juiz sempre designar audiência de instrução e julgamento, ainda que não determinada a produção de prova oral ou prova pericial.

**Comentários**

Está correta a letra B, por ordem do art. 357, § 4º, do CPC/15, que regulamente a matéria da seguinte forma:

Art. 357. Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:



§ 1º Realizado o saneamento, as partes têm o direito de pedir esclarecimentos ou solicitar ajustes, no prazo comum de 5 (cinco) dias, findo o qual a decisão se torna estável.

§ 2º As partes podem apresentar ao juiz, para homologação, delimitação consensual das questões de fato e de direito a que se referem os incisos II e IV, a qual, se homologada, vincula as partes e o juiz.

§ 3º Se a causa apresentar complexidade em matéria de fato ou de direito, deverá o juiz designar audiência para que o saneamento seja feito em cooperação com as partes, oportunidade em que o juiz, se for o caso, convidará as partes a integrar ou esclarecer suas alegações.

§ 4º Caso tenha sido determinada a produção de prova testemunhal, o juiz fixará prazo comum não superior a 15 (quinze) dias para que as partes apresentem rol de testemunhas.

§ 5º Na hipótese do § 3º, as partes devem levar, para a audiência prevista, o respectivo rol de testemunhas.

§ 6º O número de testemunhas arroladas não pode ser superior a 10 (dez), sendo 3 (três), no máximo, para a prova de cada fato.

§ 7º O juiz poderá limitar o número de testemunhas levando em conta a complexidade da causa e dos fatos individualmente considerados.

§ 8º Caso tenha sido determinada a produção de prova pericial, o juiz deve observar o disposto no art. 465 e, se possível, estabelecer, desde logo, calendário para sua realização.

§ 9º As pautas deverão ser preparadas com intervalo mínimo de 1 (uma) hora entre as audiências.

**Gabarito: Letra B.**

**4.(CESPE/2023/AGU/Procurador da Fazenda Nacional) Assinale a opção correta à luz da doutrina processual referente à designação de audiência para saneamento compartilhado do processo.**

A) A designação de audiência para saneamento compartilhado, embora prevista no CPC para causas com complexidade fática ou jurídica, pode ser utilizada em outras hipóteses, haja vista o princípio da cooperação processual.

B) A designação de audiência para saneamento compartilhado é incompatível com o procedimento das ações coletivas, em razão da indisponibilidade inerente aos litígios que envolvem interesses da coletividade.

C) A designação de audiência para saneamento compartilhado não possui cabimento diante de complexidade meramente jurídica, situação em que o CPC recomenda o despacho saneador para prosseguimento do feito.



D) A designação de audiência para saneamento compartilhado deve ser obrigatoriamente realizada em todo processo que possua matéria fática controvertida, conforme definido pelo legislador.

E) A designação de audiência para saneamento compartilhado, por não possuir respaldo normativo, restringe-se aos casos em que as partes apresentem convenção com opção por essa forma de organização processual.

### Comentários

Está certa a letra A, conforme Enunciado 298, FPPC (Fórum Permanente de Processualistas Civis).  
Veja:

Enunciado 298 - (art. 357, §3º) A audiência de saneamento e organização do processo em cooperação com as partes poderá ocorrer independentemente de a causa ser complexa. (Grupo: Petição inicial, resposta do réu e saneamento)

Veja o que diz o CPC/15:

Art. 357. Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:

§ 3º Se a causa apresentar complexidade em matéria de fato ou de direito, deverá o juiz designar audiência para que o saneamento seja feito em cooperação com as partes, oportunidade em que o juiz, se for o caso, convidará as partes a integrar ou esclarecer suas alegações.

**Gabarito: Letra A.**

### 5.(CESPE/2023/TJ ES/Analista Judiciário) No que diz respeito às normas fundamentais do processo civil, julgue o item seguinte.

Não se admite que seja proferida decisão em desfavor de uma das partes do processo sem que ela seja previamente ouvida, ressalvadas as situações em que ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte.

### Comentários

Está errada a afirmação. A primeira parte da questão está correta. Já a segunda parte erra quanto às ressalvas, posto que o "abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte" não são as únicas exceções à regra. Vejamos o que diz o NCPC sobre o tema:

Art. 9º Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica:

I - à tutela provisória de urgência;

II - às hipóteses de tutela da evidência previstas no art. 311, incisos II e III ;



III - à decisão prevista no art. 701 .

Art. 311. A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando:

I - ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte;

II - as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante;

III - se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa;

IV - a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.

Parágrafo único. Nas hipóteses dos incisos II e III, o juiz poderá decidir liminarmente.

**Gabarito: Errado.**

**6.(CESPE/2023/PGE RR/Procurador do Estado Substituto) De acordo com as regras que regem a função jurisdicional, o procedimento comum e a intervenção de terceiros no direito processual civil, julgue o item que se segue.**

A intervenção anômala de ente público é admitida somente até a fase de saneamento do processo.

### **Comentários**

Incorreta a assertiva. Segundo a doutrina majoritária, a intervenção anômala é admissível no processo de conhecimento, em qualquer dos tipos de procedimento e em todos os graus de jurisdição.

Porém, ainda de acordo com a doutrina, não se admite a intervenção anômala no processo de execução, embora seja possível nos embargos à execução. É admitida também nos procedimentos especiais. Somente não será possível se incompatível com o rito do procedimento especial ou com a cognição limitada do juiz.

É o que leciona Leonardo José Carneiro da Cunha (A Fazenda Pública em juízo, 20ª ed., Forense, 2023).

**Gabarito: Errado.**



**7.(CESPE/2022/PGE PA/Procurador do Estado) A respeito do procedimento comum, julgue os itens que se seguem.**

I Até o momento do saneamento do processo, o autor poderá aditar ou alterar o pedido e a causa de pedir, com consentimento do réu, assegurado o contraditório mediante a possibilidade de manifestação do réu no prazo máximo de quinze dias, sendo vedado o requerimento de prova suplementar.

II O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 5% da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da parte que atenda ao chamado judicial e se faça presente.

III Realizado o saneamento, as partes têm o direito de pedir esclarecimentos ou solicitar ajustes, no prazo sucessivo de cinco dias, ao fim do qual a decisão se torna estável.

IV Ao réu revel será lícita a produção de provas contrapostas às alegações do autor, desde que se faça representar nos autos a tempo de praticar os atos processuais indispensáveis a essa produção.

A quantidade de itens certos é igual a

- A) 0.
- B) 1.
- C) 2.
- D) 3.
- E) 4.

**Comentários**

Item I - **Errado**. Não existe a vedação citada. Observe:

Art. 329. O autor poderá:

II - até o saneamento do processo, aditar ou alterar o pedido e a causa de pedir, com consentimento do réu, assegurado o contraditório mediante a possibilidade de manifestação deste no prazo mínimo de 15 (quinze) dias, facultado o requerimento de prova suplementar.

Item II - **Errado**. Em desarmonia com o que determina o § 8º, do art. 334, do CPC/15:

Art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.

§ 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.



Item III - **Errado**. O prazo em questão é comum e não sucessivo, por força do § 1º, do art. 357, do NCPC:

Art. 357. Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:

§ 1º Realizado o saneamento, as partes têm o direito de pedir esclarecimentos ou solicitar ajustes, no prazo comum de 5 (cinco) dias, findo o qual a decisão se torna estável.

Item IV - **Certo**. Ordem do art. 349 do CPC/15:

Art. 349. Ao réu revel será lícita a produção de provas, contrapostas às alegações do autor, desde que se faça representar nos autos a tempo de praticar os atos processuais indispensáveis a essa produção.

**Gabarito: Letra B.**

**8.(CESPE/2022/PGE-RJ/Técnico Processual) Considerando que o processo judicial é composto pelas fases postulatória, instrutória, decisória, recursal e de cumprimento de sentença, julgue o item a seguir.**

No rito seguido pelo procedimento comum, a apresentação da contestação encerra a fase postulatória, a cargo do réu.

#### **Comentários**

A alegação está correta. A fase postulatória vai do ajuizamento da ação até contestação. Após isso, inicia-se a fase de saneamento.

É o que se extrai da análise do art. 347 do NCPC:

Art. 347. Findo o prazo para a contestação, o juiz tomará, conforme o caso, as providências preliminares constantes das seções deste Capítulo.

**Gabarito: Certo.**

**9.(Instituto Consulplan/2022/PGE ES/Direito) Deverá o juiz na decisão de saneamento e de organização do processo; marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.**

( ) Delimitar as questões de fato sobre as quais recairá a atividade probatória, especificando os meios de prova admitidos. ( ) Delimitar as questões de direito relevantes para a decisão do mérito. ( ) Definir ônus da prova, não podendo atribuir o ônus da prova de modo diverso do que foi requerido pela parte. ( ) Se houver pedido das partes, designar audiência de instrução e julgamento.

A sequência está correta em

A) V, V, F, F.





- B) V, F, V, V.  
C) F, F, F, F.  
D) F, V, V, V.

### Comentários

Item I - **Certo**. De acordo com o art. 357, II, do CPC/15:

Art. 357. Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:

II - delimitar as questões de fato sobre as quais recairá a atividade probatória, especificando os meios de prova admitidos;

Item II – **Certo**. Nos termos do art. 357, IV, do NCPC:

Art. 357. (...)

IV - delimitar as questões de direito relevantes para a decisão do mérito;

Item III – **Errado**. O juiz poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso, por força do que determina o art. 373, § 1º, do CPC/15:

Art. 373. O ônus da prova incumbe:

§ 1º Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos do caput ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.

Item IV - **Errado**. O juiz, se necessário, designará audiência de instrução e julgamento. Veja:

Art. 357. Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:

V - designar, se necessário, audiência de instrução e julgamento.

**Gabarito: Letra A.**

## QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

### Perguntas

1. O que compreende o julgamento conforme o estado do processo?
2. Quando se dará o julgamento antecipado do mérito?



3. Quando se dará o julgamento antecipado parcial do mérito? E qual o recurso cabível?
4. Para que serve o saneamento do processo?
5. A tentativa de conciliação, ainda que não tenha sido frutífera, antes da audiência, passa a ser obrigatória?

## Perguntas com respostas

### 1. O que compreende o julgamento conforme o estado do processo?

O julgamento conforme o estado do processo compreende:

- a extinção do processo por sentença terminativa ou definitiva
- o julgamento antecipado do mérito
- o julgamento antecipado parcial do mérito

### 2. Quando se dará o julgamento antecipado do mérito?

- quando não houver a necessidade de se produzir provas
- quando o réu for revel e não houver requerimento de prova

### 3. Quando se dará o julgamento antecipado parcial do mérito? E qual o recurso cabível?

- quando o pedido se mostrar incontroverso
- quando a ação estiver em condições de ser imediatamente julgada

Destaca-se:

1) A parte poderá liquidar ou executar, desde logo, a obrigação reconhecida na decisão que julgar parcialmente o mérito, independentemente de caução, ainda que haja recurso contra essa interposto e se houver trânsito em julgado da decisão, a execução será definitiva.

2) A decisão que julgar parcialmente o mérito poderá reconhecer a existência de obrigação líquida ou ilíquida.

⇒ O recurso cabível é o agravo de instrumento.

### 4. Para que serve o saneamento do processo?

I - Resolver as questões processuais pendentes, se houver

II - Delimitar as questões de fato sobre as quais recairá a atividade probatória, especificando os meios de prova admitidos

III - Definir a distribuição do ônus da prova



IV - Delimitar as questões de direito relevantes para a decisão do mérito

V - Designar, se necessário, audiência de instrução e julgamento

**5. A tentativa de conciliação, ainda que não tenha sido frutífera, antes da audiência, passa a ser obrigatória?**

Sim. Instalada a audiência, o juiz tentará conciliar as partes, independentemente do emprego anterior de outros métodos de solução consensual de conflitos, como a mediação e a arbitragem. Todavia, se o juiz não tentar a conciliação o processo não será anulado.

## LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS



**1.(Instituto AOCP/2022/TRT 19/Analista Judiciário) Das providências preliminares e do saneamento no processo civil, assinale a alternativa correta.**

A) Se o réu não contestar a ação, o juiz, verificando a inocorrência do efeito da revelia, deverá aguardar o prazo de quinze dias para que o autor especifique as provas que pretende produzir, independentemente de determinação do juiz.

B) Se o réu alegar falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar, o juiz determinará a oitiva do autor no prazo de cinco dias, permitindo-lhe a produção de prova.

C) Ao réu revel será lícita a produção de provas, contrapostas às alegações do autor, independentemente que se faça representar nos autos a tempo de praticar os atos processuais indispensáveis a essa produção.

D) Se o réu alegar perempção, o juiz determinará a oitiva do autor no prazo de quinze dias, permitindo-lhe a produção de prova.

E) Cumpridas as providências preliminares ou não havendo necessidade delas, o juiz proferirá julgamento conforme o estado do processo, no prazo máximo de cento e oitenta dias.

**2.(QUADRIX/2023/CREF 3/Advogado) De acordo com as disposições do Código de Processo Civil sobre o processo de conhecimento, julgue o item.**

O réu revel restará impedido de produzir provas, sendo-lhe permitido apenas tomar ciência dos atos processuais praticados durante a fase instrutória do processo.



**3.(FGV/2024/TJ RJ/Mediador Judiciário) O saneamento e a organização do processo é a etapa em que o juízo prepara o processo para receber decisão de mérito. É aqui que tem encerramento a fase postulatória e se inicia a fase instrutória.**

Sobre o saneamento e organização do processo, assinale a afirmativa correta.

- A) Realizado o saneamento, as partes têm o direito de pedir esclarecimentos ou solicitar ajustes, no prazo comum de 10 (dez) dias, findo o qual a decisão se torna estável.
- B) Caso tenha sido determinada a produção de prova testemunhal, o juiz fixará prazo comum não superior a 15 (quinze) dias para que as partes apresentem rol de testemunhas.
- C) A delimitação consensual das questões de fato e de direito, prevista no Código de Processo Civil para fins de saneamento, não vincula o juiz, vinculando apenas as partes.
- D) Determinada a produção de prova testemunhal, o número de testemunhas arroladas não pode ser superior a 5 (cinco), sendo 2 (dois), individualmente, no máximo, para a prova de cada fato.
- E) Caberá ao juiz sempre designar audiência de instrução e julgamento, ainda que não determinada a produção de prova oral ou prova pericial.

**4.(CESPE/2023/AGU/Procurador da Fazenda Nacional) Assinale a opção correta à luz da doutrina processual referente à designação de audiência para saneamento compartilhado do processo.**

- A) A designação de audiência para saneamento compartilhado, embora prevista no CPC para causas com complexidade fática ou jurídica, pode ser utilizada em outras hipóteses, haja vista o princípio da cooperação processual.
- B) A designação de audiência para saneamento compartilhado é incompatível com o procedimento das ações coletivas, em razão da indisponibilidade inerente aos litígios que envolvem interesses da coletividade.
- C) A designação de audiência para saneamento compartilhado não possui cabimento diante de complexidade meramente jurídica, situação em que o CPC recomenda o despacho saneador para prosseguimento do feito.
- D) A designação de audiência para saneamento compartilhado deve ser obrigatoriamente realizada em todo processo que possua matéria fática controvertida, conforme definido pelo legislador.
- E) A designação de audiência para saneamento compartilhado, por não possuir respaldo normativo, restringe-se aos casos em que as partes apresentem convenção com opção por essa forma de organização processual.

**5.(CESPE/2023/TJ ES/Analista Judiciário) No que diz respeito às normas fundamentais do processo civil, julgue o item seguinte.**



Não se admite que seja proferida decisão em desfavor de uma das partes do processo sem que ela seja previamente ouvida, ressalvadas as situações em que ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte.

**6.(CESPE/2023/PGE RR/Procurador do Estado Substituto) De acordo com as regras que regem a função jurisdicional, o procedimento comum e a intervenção de terceiros no direito processual civil, julgue o item que se segue.**

A intervenção anômala de ente público é admitida somente até a fase de saneamento do processo.

**7.(CESPE/2022/PGE PA/Procurador do Estado) A respeito do procedimento comum, julgue os itens que se seguem.**

I Até o momento do saneamento do processo, o autor poderá aditar ou alterar o pedido e a causa de pedir, com consentimento do réu, assegurado o contraditório mediante a possibilidade de manifestação do réu no prazo máximo de quinze dias, sendo vedado o requerimento de prova suplementar.

II O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 5% da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da parte que atenda ao chamado judicial e se faça presente.

III Realizado o saneamento, as partes têm o direito de pedir esclarecimentos ou solicitar ajustes, no prazo sucessivo de cinco dias, ao fim do qual a decisão se torna estável.

IV Ao réu revel será lícita a produção de provas contrapostas às alegações do autor, desde que se faça representar nos autos a tempo de praticar os atos processuais indispensáveis a essa produção.

A quantidade de itens certos é igual a

- A) 0.
- B) 1.
- C) 2.
- D) 3.
- E) 4.

**8.(CESPE/2022/PGE-RJ/Técnico Processual) Considerando que o processo judicial é composto pelas fases postulatória, instrutória, decisória, recursal e de cumprimento de sentença, julgue o item a seguir.**

No rito seguido pelo procedimento comum, a apresentação da contestação encerra a fase postulatória, a cargo do réu.



9.(Instituto Consulplan/2022/PGE ES/Direito) Deverá o juiz na decisão de saneamento e de organização do processo; marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) Delimitar as questões de fato sobre as quais recairá a atividade probatória, especificando os meios de prova admitidos. ( ) Delimitar as questões de direito relevantes para a decisão do mérito. ( ) Definir ônus da prova, não podendo atribuir o ônus da prova de modo diverso do que foi requerido pela parte. ( ) Se houver pedido das partes, designar audiência de instrução e julgamento.

A sequência está correta em

- A) V, V, F, F.
- B) V, F, V, V.
- C) F, F, F, F.
- D) F, V, V, V.

## Gabarito



- 1. D
- 2. Errado
- 3. B
- 4. A
- 5. Errado
- 6. Errado
- 7. B
- 8. Certo
- 9. A





# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.